



III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

**“COM MEU BODOQUE EU SACUDO A FLECHA, COM A MINHA FLECHA
VOU ATIRAR”: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE VISITAS PEDAGÓGICAS
À ALDEIA INDÍGENA SÃO FRANCISCO-BAÍA DA TRAIÇÃO-PB**

JULIANA BARROS DE OLIVEIRA

PPGE-UFPB

julianabarroshistoria@gmail.com

Na vivência em sala de aula com o componente curricular de História, nos deparamos com conteúdos que versam acerca da História do Brasil e dos povos indígenas. Nos livros didáticos e materiais pedagógicos é possível encontrar inúmeras menções a esses que são os povos originários do Brasil, sem falar nas fontes relativas a diferentes períodos de nossa história, abarcando do Brasil Colônia à atualidade. Todavia, ainda se constitui como um desafio para o (a) professor(a) da disciplina de História tratar a respeito desses povos desde a chegada dos europeus em nosso solo, visto que expressiva parte da documentação apresenta a versão da história narrada sob a perspectiva do dito colonizador.

A necessidade de estudar acerca das culturas, diversidades e elementos constitutivos dos povos indígenas brasileiros se imbuí de tamanha urgência que a Lei 11.645/2008 surgiu com o fito de assegurar aos estudantes da Educação Básica de todo o Brasil o contato com informações sobre aspectos históricos e culturais dos povos indígenas, alterando assim a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 9394/1996.

No entanto, até mesmo a existência da Lei 11645/2008 não chega a sanar completamente uma lacuna significativa em relação à produção e entendimento relativos à forma como os povos indígenas são abordados em diferentes conteúdos programáticos de História. Em se tratando da Educação Básica – que corresponde aos





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

níveis Fundamental e Médio – a referida Lei é passível de críticas, ao se observar que, em sua redação, a mesma não explicita a pluralidade cultural proveniente dos mais diversos povos indígenas do Brasil, visto que

(...) ao instituir como obrigatória a inclusão da ‘História e Cultura dos Povos Indígenas’ [a Lei], favorece a permanência dessa ideia de homogeneidade. Por que não ‘histórias’ e, principalmente, ‘culturas’ dos povos indígenas? São 305 povos indígenas e cada um com sua história e culturas específicas e particulares. (RUSSO; PALADINO 2014, p.47).

Desse modo, mesmo após o advento da Lei 11.645/2008, estudantes que cumprem formalmente as etapas da Educação Básica e chegam ao Ensino Superior, por exemplo, estão sujeitos a completar a fase final de cada um desses percursos pedagógicos tomando por base ideias estereotipadas e preconcebidas a respeito dos povos indígenas do Brasil. Por vezes, esses (as) estudantes podem desconhecer o fato de que existem terras indígenas demarcadas no Estado da Paraíba, com uma população autóctone vivendo em aldeias cujos territórios localizam-se nos municípios de Marcação, Rio Tinto e Bahia da Traição.

No que tange ao debate sobre a temática indígena na Educação Superior, em especial nos cursos que não abarcam este conteúdo, de maneira ostensiva, em seus componentes curriculares obrigatórios, escritos de autores como Ribeiro (2014) trazem à baila contribuições para fomentar o debate acerca do tema em sala de aula, o que se converge, a nosso ver, como algo mais que necessário, evidenciando-se o fato de que inexistente uma legislação específica que garanta a abordagem de assuntos relacionados às culturas indígenas nas salas de aula de diferentes cursos de Bacharelado ou Licenciatura no Brasil.

Ainda no que diz respeito à Educação Superior cabe, a nosso ver, a máxima de Selbach *et al* (2010) ao tratar sobre o Ensino de História para aqueles (as) que não pretendem ser tornar historiadores (as), enfatizando que o (a) professor (a) da disciplina deve selecionar os conteúdos úteis aos estudantes, visto que

Essa seleção precisa levar em conta que a História possui indiscutível valor formativo, que ajuda estruturar o pensamento e agilizar o raciocínio dedutivo, mas também é uma “ferramenta” que se usa em atuação diária, que se emprega em qualquer profissão. (SELBACH *et al*, 2010, p.123).





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

De fato, percebe-se que tanto na Educação Básica como na Educação Superior – no decorrer de um ano ou semestre letivo – os conteúdos programáticos selecionados pelo (a) docente do componente curricular de História possibilitam o aprofundamento de leituras, discussões e debates acerca das culturas dos povos indígenas, enfatizando-se os pontos em que tais abordagens contribuem para constituir a trajetória de formação do aluno (a), no que concerne à realidade histórica nacional e local.

Assim, tomando por base uma perspectiva temática, por exemplo, buscou-se trabalhar a respeito dos povos indígenas e suas contribuições para a formação cultural brasileira distanciando-se da fragmentação e da falta de criticidade. A nosso ver, as discussões sobre a temática são necessárias no âmbito das instituições educacionais, corroborando, dessa maneira, a ideia de Bittencourt (2008) ao asseverar que

Ao se estudar as populações indígenas, por exemplo, fundamentando-se no conceito de cultura que inclui as noções de *diferenças e semelhanças*, deve-se principiar pelo conhecimento do grupo indígena que *antes* ocupava o lugar da atual vivência do aluno, adquirindo informações sobre as características desse povo que viveu e criou uma cultura própria – língua, hábitos alimentares, rituais e festas –, para em seguida, na apreensão do *depois*, saber o que aconteceu com ele a partir do contato com o branco (desapareceu ou migrou, foi escravizado...) e quais as marcas ou registros ainda existentes no presente sobre a população nativa. Posteriormente, é importante estudar outros grupos indígenas de outros espaços e de outros tempos, para o aluno poder descobrir o que de diferente e o que de semelhante há entre aquele povo indígena que ocupava o local atual e os outros povos que viveram antes ou ainda vivem em outros lugares do Brasil (BITTENCOURT, 2008, p. 114).

Percebe-se, portanto, que aprender sobre os povos indígenas é mais do que apenas ler um texto sobre o assunto: é visitar o seu território, é observar suas práticas e vivências culturais *in loco*: é se propor a conhecer e para respeitá-los. Nesse sentido, as aulas de campo ou visitas pedagógicas se revestem como recursos de aprendizagem capazes de colocar em contato a realidade dos (as) estudantes com os remanescentes dos povos originários de nossa terra, a fim de favorecer trocas culturais, construção de conhecimento e desconstrução de ideias preconcebidas acerca do tema, tanto no que tange à Educação Básica como ao Ensino Superior.

Este trabalho apresenta-se com o objetivo de relatar experiências de visitas de estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Superior a uma aldeia indígena,





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

respectivamente nos meses de maio e novembro de 2018, buscando-se tecer um relato comparativo entre os dois momentos, realizados pela mesma docente. Nessas ocasiões, através da metodologia da observação participante, foram percebidas e tratadas *in loco* questões de natureza histórica e reflexões acerca da alteridade em relação aos povos originários do Brasil, sendo possível também desmistificar elementos relativos à cultura dos povos indígenas, em especial do povo Potiguara, cuja aldeia visitada – São Francisco – localiza-se em território pertencente ao município litorâneo de Baía da Traição, distante cerca de 90 km da capital paraibana.

As visitas pedagógicas por parte de ambas as turmas tiveram a sua realização possível pelo intermédio junto a uma liderança indígena Potiguara, pajé de uma das aldeias que compõem o município de Marcação-PB, localizado vizinho à Baía da Traição. Este lugar, por sua vez, é o local onde em que se encontra a aldeia visitada e que abarca em seu território espaços analogamente demarcados, pertencentes ao povo Potiguara.

A Baía da Traição apresenta-se desde o período colonial brasileiro (1500-1822) como local de lutas e batalhas tanto por parte do povo indígena potiguara quanto por parte dos colonizadores europeus. O lugar tem seu nome alusivo à suposta traição desse grupo indígena em relação aos lusitanos, assentando-se também no fato de que os potiguara já realizavam trocas comerciais com os franceses nessa região durante o período colonial.

(...) a presença dos franceses na exploração do pau-brasil, que era efetiva a ponto de algumas áreas – como a que se estende entre Pitimbu, ao sul da Paraíba, nas fronteiras com a Capitania de Itamaracá, passando por Jacumã, um dos portos naturais mais movimentados para embarque do brasil durante o século 16 até a barra do rio Gramame, nas proximidades do Cabo Branco – serem conhecidas como “porto dos franceses”. Ao norte, a Baía da Traição, localizada entre as barras dos rios Mamanguape e Camaratuba, era o principal ponto desse escambo, pois ali se localizavam as maiores aldeias Potiguara que permitiam, inclusive, a instalação de oficinas dos franceses para reparo das embarcações. (GONÇALVES, 2007, p. 44).

Por aliarem-se aos franceses e, em seguida, aos holandeses em detrimento do colonizador português, os potiguara passaram a ser considerados como um povo autóctone rebelde, logo, passível de escravização por parte dos lusitanos, porém não





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

sem resistência dos indígenas, reconhecidos no documento de autoria anônima alusivo à descrição da Conquista da Paraíba como o gentio indígena “(...) mais unido que quantos houve no Brasil” (ANÔNIMO, 2010, p. 89).

Antes considerados senhores absolutos do território do litoral da atual região Nordeste, num território que abrangia da Paraíba ao Maranhão, de acordo com Gonçalves (2007), os potiguara passaram a desmembrarem-se e perder seus domínios para os europeus assim como aconteceu com inúmeros povos indígenas espalhados pelo Brasil, no período colonial. Durante anos, buscaram-se unir com franceses e holandeses contra um inimigo comum – os portugueses – sem obterem completo sucesso em tal empreitada. Por essa razão, “uma nova ordem social se lhes impunha. Uma ordem em que lhes era reservado um papel subordinado: de senhores, passaram a escravos em sua própria terra” (GONÇALVES, 2007, p.25).

O território correspondente à Baía da Traição originalmente se denominava Acergitibiró ou Acajutibiró, topônimo indígena que, segundo pesquisas provenientes da Seção Judiciária da Paraíba (2012) faz menção ao fato de que “(...) no aldeamento de São Miguel existia uma lagoa circundada por densa vegetação com predominância de imensos cajuais” (SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA, 2012, p. 28). Assim, apesar de historicamente se apresentar como um território pertencente ao povo potiguara, as terras indígenas do município de Baía da Traição foram demarcadas e reconhecidas legalmente apenas no início da década de 80 do século XX.

Tal processo, de acordo com Moonen (2008), contou com a resistência das autoridades então instituídas à época em reconhecer as terras ancestrais dos potiguara como áreas validadas para compor a demarcação. Por essa razão, invasores das terras indígenas aliados a representantes do Poder Público impuseram uma demarcação que, de fato, não correspondia à realidade ou fazia jus ao que merecia o povo potiguara da Paraíba.

Mais uma vez, de nada valeram Leis, Decretos e Constituições que, pelo menos em teoria, garantem aos índios a posse permanente das terras que tradicionalmente habitam, que afirmam que as terras indígenas são bens inalienáveis da União, que declaram solenemente que as terras indígenas são





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

inusucapiáveis e que sobre elas não poderá recair desapropriação. E assim, em 28 de dezembro de 1983, pelo Decreto 89. 256, a área potiguara é reduzida de 34. 300 para apenas 20.820 hectares. Foram desmembradas da área indígena a cidade de Baía da Traição e praticamente todas as áreas ocupadas pelos invasores citados acima, e inclusive uma área na qual se situam seis aldeias indígenas. O Decreto introduziu na Paraíba a reforma agrária ao contrário, porque tirou dos pequenos para dar aos grandes. Imediatamente após, em janeiro de 1984, em poucas semanas o exército, utilizando sua tecnologia moderna, demarcou a área, mostrando claramente que para se demarcar uma área indígena, o principal é a decisão política, e não os recursos financeiros (MOONEN, 2008, p. 27).

É nesse território, lugar de disputas históricas ancestrais pela terra e pelas riquezas naturais, que se encontra a Aldeia São Francisco: a maior entre aquelas cujo território registra-se nos limites do município de Baía da Traição, *locus* em que se realizaram as aulas de campo ou visitas pedagógicas para as turmas do 9º Ano do Ensino Fundamental II e as turmas dos cursos de Bacharelado em Serviço Social e Administração das instituições em que a autora trabalhou como professora de História, ambas com sede em João Pessoa-PB.

No que se refere à sondagem e contatos anteriores para que as visitas fossem passíveis de serem executadas, a possibilidade de contar com a presença de uma liderança indígena local foi imprescindível para se ter acesso ao lugar e às histórias existentes sobre ele, na perspectiva do povo originário da terra. Para tanto, o primeiro contato entre a docente e a liderança indígena realizou-se a partir de uma conversa travada nos corredores de uma das instituições onde a professora ministrava aulas. Convidado a tomar parte em um seminário sobre Antropologia Indígena realizado por uma das turmas do curso de Serviço Social, o pajé conheceu a faculdade em que a professora trabalhava, a estrutura e corpo docente e discente da instituição. Na ocasião, a professora não deixou passar a oportunidade de trocarem contatos para futuros projetos e visitas pedagógicas às terras potiguara, conforme se processou mais adiante.

A visita ao território potiguara por parte dos alunos (as) do 9º Ano do Ensino Fundamental II foi organizada após iniciativa dos (as) discentes da turma. Em um primeiro momento, os alunos (as) propuseram a realização de uma atividade que envolvesse teatro, música e a temática indígena, dada aproximação do dia 19 de abril, data comemorada no calendário escolar como “Dia do Indígena”. Os alunos (as) da





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

referida turma haviam participado de uma experiência análoga referente à Semana de Alimentação Saudável, cuja proposta envolveu a dança, a música e o teatro, trabalhando o conteúdo referente aos malefícios do açúcar. Portanto, sentiram-se estimulados a construir, junto com a professora de História, uma nova e exitosa experiência educativa.

De posse disso, sabendo do anseio dos estudantes para trabalhar a temática indígena, a professora propôs aos (às) mesmos (as) que realizassem pesquisas sobre o assunto, promovendo debates, confecção de cartazes, estudos dirigidos entre outros. Após esse primeiro momento, os (as) discentes sentiram-se compelidos a ensaiar aquilo que denominaram, junto com a professora, como experimento cênico, escolhendo a pantomima (teatro mudo/de gestos) para representar a invasão e expropriação cultural aos povos originários do Brasil, sua resistência e a construção de suas identidades. Com essa finalidade, escolheram para o experimento a música “Índio do Brasil”, de David Assayag, utilizada pela docente no ano anterior para fomentar com eles (as) discussões acerca da questão indígena no Brasil, quando ainda estavam cursando o 8º Ano do Ensino Fundamental II.

Para compor o cenário do experimento cênico, os (as) estudantes escolheram reproduzir em sala de aula uma aldeia indígena, porém indagaram a si mesmos (as) e à docente: como fazer isso, se a maior parte deles (as) sequer já tinha estado em uma aldeia? Apenas uma parte dos alunos (as) conhecia a representação de um espaço como aquele através de filmes, novelas e minisséries, mesmo assim, não eram todos (as) que tinham entrado em contato com este conteúdo.

Dessa forma, começaram a organizar junto com a professora e a equipe técnica escolar a visita à aldeia indígena potiguara, intentando-a para o dia 19-04-2018. Por intercorrências junto à Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB, não foi possível a disponibilidade de ônibus para uso na referida data. Logo, alunos (as), professora e equipe técnica resolveram fretar um ônibus de turismo que os levassem à Baía da Traição pois, nesse meio tempo, a professora, em contato com a liderança indígena, conseguiu a licença e o acompanhamento do pajé para a realização da visita por completo, remarcada para o dia 04 de maio de 2018.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Tanto na referida data quando também da realização da visita junto às turmas dos cursos de Educação Superior, marcada para o feriado nacional de Proclamação da República (15-11-2019), ocorrida em novembro do mesmo ano, durante o caminho, uma imagem que impactou os estudantes da escola e da faculdade fez menção ao processo de erosão causado pelo mar às casas e empreendimentos construídos de maneira mais próxima à faixa litorânea do município de Baía da Traição, no percurso antes da chegada à aldeia São Francisco.

Em ambas as visitas – a realizada em maio e àquela desenvolvida em novembro de 2018 – antes de adentrarem ao espaço da Aldeia Indígena São Francisco propriamente dito, tanto os (as) estudantes do Ensino Superior como os da Educação Básica entraram em contato com a cultura local a partir das ruínas do antigo Forte de Baía da Traição, momento em que foram explicados aspectos históricos referentes ao lugar. Tais explicações partiram da professora e também da liderança indígena local que acompanhou toda a visita.

Após isso, os (as) estudantes de ambos os grupos foram direcionados (as) à área de convivência e reunião do povo indígena potiguara. Nesse local também ocorre a recepção aos turistas antes que adentrem ao espaço da aldeia. Lá os (as) estudantes puderam fazer perguntas, bem como receber instruções referentes à maneira de se portar ao adentrarem à aldeia São Francisco.

Em seguida, o ônibus continuou pelo território da aldeia, estacionando próximo a um local conhecido como Furna. Segundo a liderança indígena que acompanhou a visita pedagógica em ambas as ocasiões – 04-05-2018, para a turma do Ensino Fundamental II e 15-11-2018 para as turmas da Educação Superior – a Furna é um lugar é considerado sagrado para os indígenas de Baía da Traição e municípios próximos.

Uma vez na Furna, em ambas as ocasiões, foram prestados esclarecimentos aos (às) estudantes a respeito de elementos relativos à cultura, sociabilidades e religião do povo potiguara. Após isso, os participantes de ambas as visitas foram convidados (as) a dançarem o toré e aprender a entoar cantos relativos à cultura potiguara – dentre os





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

quais, um cântico cujo fragmento dá título a este trabalho: “Tava sentado na pedra fina/o rei dos índios mandou chamar/cabocla índia, índia guerreira/Cabocla índia do Juremar/Com meu bodoque eu sacudo a flecha/Com a minha flecha vou atirar/ Cabocla índia, índia guerreira/Cabocla índia do Juremar”.

Depois da realização de ambas as visitas, foram realizadas atividades que avaliaram os alunos (as) do Ensino Fundamental II e Educação Superior quanto à atenção por eles (as) dispensada relativa aos momentos vivenciados na aldeia, como também a aprendizagem relacionada à temática das culturas indígenas – em especial em relação ao povo indígena potiguara na Paraíba.

Para a turma do 9º Ano a montagem, ensaio e execução do experimento cênico “Índio do Brasil” constituiu-se como parte desse processo avaliativo. Para tanto, além da recriação da aldeia indígena em sala de aula, no que se refere à cenografia, os (as) estudantes também foram avaliados (as) em termos de execução artística, bem como relatório final da visita à Aldeia São Francisco, a ser entregue no mesmo dia em que o experimento foi apresentado a todas as turmas do Ensino Fundamental II do turno manhã: dia 11 de maio de 2018, exatamente uma semana após a visitação à aldeia. As atividades de organização e execução do experimento cênico foram realizadas em grupo, em detrimento à escrita do relatório, desenvolvida de forma individual.

Ainda com relação ao experimento, pode-se afirmar que a mediação da visita por parte da liderança indígena local ultrapassou a condição de ser simplesmente um guia ante a permanência da turma do 9º Ano nas terras potiguara, visto que os alunos (as) convidaram o pajé para estar na escola no dia 11 de maio de 2018 não apenas para assistir, mas sim para participar ativamente da encenação “Índio do Brasil”, apresentada para as demais turmas do Ensino Fundamental II do turno manhã e preparado pelos (as) estudantes e pela docente em alusão à situação dos povos indígenas no Brasil, do “descobrimento” aos dias atuais.

Já no que se refere à avaliação da experiência por parte dos alunos (as) dos cursos de Bacharelado em Serviço Social e Administração, a professora solicitou





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

elaboração de relatório individual da experiência por parte dos estudantes de ambos os cursos. Em relação àqueles (as) alunos (as) do primeiro curso, os mesmos (as) tiveram que perpassar a sua escrita junto ao entendimento ao segundo capítulo do livro “O Povo Brasileiro” de Ribeiro (2014), seção esta intitulada “O enfrentamento dos mundo”. É válido ressaltar que, no semestre anterior à visita, os (as) estudantes já haviam participado de leitura prévia e debate do referido texto em sala de aula, junto à disciplina de Formação Sócio histórica e Política do Brasil I, ministrada pela mesma docente responsável pela organização da visita pedagógica à Aldeia São Francisco.

É importante enfatizar que tanto para os alunos (as) da escola quanto da faculdade, as atividades realizadas antes, durante e após as visitas pedagógicas à aldeia potiguara revestiram-se de caráter interdisciplinar. Na primeira, os componentes curriculares cujos saberes se entrecruzaram com a História foram os das disciplinas de Artes e Matemática. Já para a segunda instituição, os conteúdos somaram-se aos ministrados pelas disciplinas de Formação sócio histórica e Política do Brasil I e II e Antropologia para o curso de Serviço Social, bem como a disciplina de Metodologia do Trabalho Científico para o curso de Bacharelado em Administração.

Ao final das experiências vivenciadas pelos alunos (as) de ambas as instituições educativas, mesmo que essas apresentassem as suas especificidades, percebeu-se que os (as) estudantes, ao desenvolverem seus relatórios e atividades pedidas após a visita, constituíram para si uma imagem do que é ser índio no Brasil, ressaltando elementos como as dificuldades e preconceitos que esses os povos autóctones ainda enfrentam.

Assim, pela temática trabalhada, observa-se que este escrito adequa-se ao grupo de trabalho “Os povos indígenas na História do Brasil: uma perspectiva para o uso de fontes no Ensino e na Pesquisa Histórica”, ressaltando que, a partir de uma experiência de ensino de História relacionada aos povos indígenas foi possível propor esta nossa pesquisa, calcada na vivência *in loco* relacionada aos entendimentos, construções, alteridade e combate a visões estereotipadas a respeito dos povos indígenas do Brasil, em especial no que se refere ao povo potiguara na Paraíba.





REFERÊNCIAS

ANÔNIMO. **História da Conquista da Paraíba**. 2ª reimpressão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008..

BRASIL. **Lei 11.645/2008**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm> Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. **Lei 9394/96**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm> Acesso em: 01 nov. 2019.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba – 1585-1630**. Bauru-SP: Editora EDUSC, 2007.

MOONEN, F. **Os índios potiguara da Paraíba**. 2.ed Digital Aumentada. Recife-PE, 2008.<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/lucianomaia/moonen_indios_potiguara_pb_2008.pdf>Acesso em 11 de nov. 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. 1.ed. 14ª reimpressão. São Paulo: Companhia de Bolso, 2014.

RUSSO, Kelly; PALADINO, Mariana. Reflexões sobre a Lei 11645/2008 e a inclusão da temática indígena na escola. In: **Revista Fórum Identidades**. ITABAIANA: GEPIADDE, Ano 08, Volume 16 jul./dez.de2014.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA. **Processos Históricos/2012**. João Pessoa-PB, maio de 2013.

SELBACH, Simone *et al.* **História e Didática**. Coleção Como saber ensinar. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2010.

